

**Pelo direito ao lazer:**  
participação e mobilização social no bairro de Santa Rosa

Luiz César Pereira de Mendonça  
Emília Amélia Pinto Costa da Silva  
Nayara Suênia de Oliveira  
Eduardo Ribeiro Dantas

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LEMOS, EMBC., DANTAS, ER., and CHAO, CHN., orgs. *De portas abertas para o lazer: a cultura lúdica nas comunidades de Bairro* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2009. 184 p. ISBN 978-85-7879-026-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## **Pelo direito ao lazer: participação e mobilização social no bairro de Santa Rosa**

**Luiz César Pereira de Mendonça**  
**Emília Amélia Pinto Costa da Silva**  
**Nayara Suênia de Oliveira**  
**Eduardo Ribeiro Dantas**

As políticas sociais brasileiras, dentre elas as do lazer, precisam ultrapassar a lógica paternalista e assistencialista que ainda vem caracterizando as administrações públicas do país. Principalmente em municípios como os do interior nordestino, onde traços de um Coronelismo arcaico insistem em compor a paisagem política local, comprometendo com isso, possíveis inovações e melhorias nas formas de gestão pública, tais como, a participação mais intensa dos atores sociais na construção da vida em comum.

Desse modo, acompanhariam a tendência apontada por Pinto (2008), para quem já podemos observar a existência de determinados processos políticos, no Brasil, construídos a partir de acordos e conflitos diários, que vividos no interior de relações sociais historicamente contextualizadas, agem na vida individual e coletiva da população, garantindo o princípio básico da política. Modelos estatais de gestão de recursos, que mesmo tendo em vista interesses diversos e contraditórios, característicos de uma sociedade democrática e plural, conseguem construir, a partir das mediações possíveis, movimentos positivos de interesse público.

Para que isso ocorra de uma forma mais abrangente no cenário nacional, considerando-se especificamente as políticas públicas de esporte recreativo e de lazer, precisamos, antes de qualquer coisa, ampliar o debate sobre o que vem sendo compreendido como inovação no âmbito das políticas sociais e da gestão pública, sob o risco de, se assim não o fizermos, repetirmos com uma roupagem renovada, discursos e práticas administrativas malsucedidas, na já difícil tarefa de propiciar o direito ao lazer à população brasileira.

Segundo Pinto (2008), a discussão sobre a necessidade de inovação, no campo político, vem avançando nos debates que tratam das racionalidades aplicadas às gestões privada e pública, de uma forma em geral. Isso nos leva a perceber, num primeiro momento, que sua operacionalização não se limita ao campo do lazer, nem tampouco à esfera pública, por mais que tratemos especificamente dessas questões neste texto.

Para a autora, é preciso considerar que a inovação não significa necessariamente uma ruptura completa em relação a práticas políticas anteriores, podendo ocorrer em pequenos avanços e não ser caracterizada como totalmente original, mas como uma melhoria. Até porque, segundo ela, é muito difícil uma política inovar em relação a muitos aspectos (PINTO, 2008).

Há ainda o fato de que algumas mudanças, apesar de não serem novas do ponto de vista histórico da administração pública, podem ser encaradas pela população como uma inovação, o que, de acordo com a autora, revela a pluralidade de significados do termo e a importância do vivido dos atores sociais na sua determinação, resultando em novos olhares sobre os problemas enfrentados e sobre as alternativas construídas para sua solução (PINTO, 2008).

Discutindo o que mudaria no modo dominante de se fazer políticas sociais de lazer no Brasil, para que pudéssemos considerá-las inovadoras, a autora destaca a necessidade de privilegiarmos certos aspectos, já presentes em experiências emergentes no país (PINTO, 2008).

Um desses aspectos, a mudança na lógica centralizadora de tomada de decisões sobre a vida pública, interessa-nos particularmente neste momento, já que gera uma situação que no nosso entendimento

é fundamental para o sucesso não só de políticas de esporte recreativo e de lazer, mas de qualquer outra política social promovida pelo Estado brasileiro.

Estamos falando da participação da própria população na elaboração e efetivação da ordem social desejável a todos. Participação esta, que de acordo com Toro e Werneck (2007), deve ser considerada a essência do modo de vida democrático, assim como também, uma necessidade para o desenvolvimento social.

E já que tocamos na questão do desenvolvimento social, potencializado pela participação popular nas decisões sobre a vida coletiva, não custa lembrarmos que através do lazer, essa condição pode ser alcançada ainda mais rápido, já que ele é um fenômeno que agrega não só possibilidades de descanso e divertimento, mas também, de desenvolvimento pessoal e social, além de se constituir um instrumento de mobilização e participação cultural (MARCELLINO, 2008).

É através dessa reflexão sobre o envolvimento do povo com as políticas públicas de esporte recreativo e de lazer, que passamos a discutir agora o cotidiano lúdico do Santa Rosa, na tentativa de fornecermos pistas sobre como podemos efetivar o direito ao lazer, constitucionalmente posto, a partir da participação e da mobilização dos atores sociais deste bairro.

Participação esta, que se não é intensa nos momentos de reivindicar melhorias ao poder público, apesar dessa prática vir aumentando no bairro, pode ser vista nas vivências coletivas de lazer da população, que revelam um ambiente propício à mobilização social no Santa Rosa.

## **Descendo a Rua do Sol: um bairro em movimento**

Como a maioria dos bairros e pequenos municípios de um país predominantemente católico, o Santa Rosa, situado na cidade de Campina Grande – PB, guarda estreitas relações com a igreja local, Santa Rosa de Lima, localizada na Rua do Sol, uma das principais ruas do bairro.

Descendo a Rua do Sol em direção à referida igreja, deparamo-nos com um bairro em intensa agitação. São diversos pontos comerciais,

como farmácias, padarias e bares, que juntamente a instituições como a Sociedade Amigos do Bairro – SAB Santa Rosa, a Escola Municipal Tiradentes e a Unidade Básica de Saúde Adriana Bezerra de Carvalho, atendem os moradores do bairro no seu cotidiano.



**Imagem 01:** Rua do Sol: coração do Santa Rosa  
**Fonte:** Arquivos do GCEM

Saindo do Quarenta, um dos limites do Santa Rosa, a Rua do Sol cruza o bairro até chegar ao Dinamérica, revelando em suas esquinas um povo hospitaleiro e acolhedor, que todas as vezes que foi solicitado, não se furtou a responder nossas questões.

De acordo com a lei municipal de divisão de bairros nº 1.542/87, o Santa Rosa é limitado pelo Centenário, Cruzeiro, Santa Cruz e pelo Bodocongó, além do Quarenta e do Dinamérica, já mencionados. Mas é este último que guarda uma relação particular com o bairro, por ter sido um desmembramento do mesmo. Além disso, é onde hoje se situa o Complexo Esportivo e Educacional “O Meninão”, que recebe em suas instalações e seus arredores, boa parte dos moradores dos bairros vizinhos.



**Imagem 02:** “O Meninão”: opção de lazer para muitos bairros da cidade

**Fonte:** Arquivos do GCEM

Inclusive do Santa Rosa, como relata o presidente da SAB do bairro, um de nossos entrevistados, ao responder se havia algum campo de futebol na comunidade, para a prática dos diversos times locais.

*Tem. É aí no Meninão. Mais por ali... tem vários campos... ali ao redor do Meninão, campo de pelada. O Meninão... é no Dinamérica, é pertinho... Era Santa Rosa. É que depois criaram o Dinamérica, aí incluíram pra lá né? Mas ali tem vários campos de futebol... no domingo, várias gente lá jogando pelada (Presidente da SAB Santa Rosa).*

Além dos times de futebol que jogam no descampado ao seu redor, “O Meninão” recebeu, no ano de 2008, as atividades do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC, promovido pelo Ministério do Esporte.

Programa este que, através de parcerias locais, ofereceu atividades gratuitas como a dança, o voleibol, o judô, o futsal, a capoeira, dentre outras, sendo encerrado em março de 2009, em função do fim do convênio entre o Ministério do Esporte e o Serviço Social da Indústria – SESI/PB.

É interessante notar, que o referido programa não foi citado pelo presidente da SAB, quando questionado sobre as ofertas de lazer existentes para os moradores do bairro. O que nos leva a indagar se ele sabia da existência do mesmo, se esqueceu ou até mesmo se não quis mencionar, por questões político-partidárias, comuns no contexto investigado pela nossa pesquisa.

*Ali na... na Avenida Dinamérica... sim tem "O Meninão". Mas "O Meninão" é uma coisa que é pra cidade inteira né? Não é exclusivo do Santa Rosa, e até o povo do Santa Rosa não tem direito de brincar lá... lá é cobrado também... essas coisas não usa de graça não (Presidente da SAB Santa Rosa).*

Seja qual for o motivo que o levou a não mencionar o PELC enquanto possibilidade de lazer dos moradores do Santa Rosa, a situação ao nosso ver é preocupante, já que revela o não reconhecimento por parte de uma das lideranças mais atuantes do bairro, sobre uma das mais importantes políticas públicas setoriais de esporte e lazer que temos hoje no Brasil, que busca propiciar o direito ao lazer à população brasileira, através do princípio da gratuidade.

O fato do presidente da SAB não ter mencionado as ações do PELC, porém, não quer dizer que os moradores do bairro deixaram de usufruir delas enquanto estiveram ativas, como pudemos perceber através da nossa observação de campo.

Queremos destacar, entretanto, que em se tratando da necessidade de participação do povo nas políticas públicas de esporte recreativo e de lazer, não só como beneficiários das ações promovidas pelo Estado, mas também como co-gestores das mesmas, precisamos de canais institucionais consolidados.

Canais como as Sociedades Amigos de Bairro que, através de gestores informados sobre o que ocorre não só em âmbito local, possam estar servindo de mediação entre o poder público e os desejos da população, colaborando, assim, com a constituição de políticas realmente participativas.

As políticas participativas de acessibilidade associam-se à construção de espaços políticos para negociação de interesses públicos e pactos sociais, envolvendo atores sociais e gestores de diferentes setores empenhados na conquista de direitos (PINTO, 2008, p. 65).

A visão do presidente da SAB sobre a impossibilidade de uso de um espaço público pelo povo do Santa Rosa reflete, por sua vez, um conceito de patrimônio público muito aceito nos países da América Latina.

Segundo Toro e Werneck (2007), enquanto a América do Norte foi formada por cidadãos que chegaram para viver e constituir a esfera pública, em países como o Brasil, o que chegou foi um conjunto de instituições em busca de riquezas para se explorar.

De forma que se perpetuou, no imaginário social do país, uma separação entre aquilo que seria propriedade do governo e aquilo que seria público. Os espaços públicos são vistos, desse modo, como espaços do governo e não do povo (TORO; WERNECK, 2007).

Entendemos que a atitude da Prefeitura Municipal de Campina Grande, que ainda hoje cobra da população taxas ditas simbólicas para a utilização do “Meninão”, reforça essa compreensão, afastando do esporte recreativo e do lazer, aqueles que mais precisam do seu amparo institucional, como é o caso das pessoas que vivem em condições precárias de moradia, ao lado do próprio “Meninão”.



**Imagem 03:** Vizinhança do “Meninão”: tão próxima e tão distante do lazer

**Fonte:** Arquivos do GCEM



Compreendemos, ainda, que fazendo parte do setor social público e estatal, a administração do “Meninão” não deveria estar realizando nenhum tipo de cobrança à população, para dessa forma garantir a efetivação do direito ao lazer não só aos moradores do Santa Rosa, mas a todo o povo de Campina Grande.

Somente assim, através da gratuidade de suas políticas públicas setoriais de lazer, a Prefeitura Municipal de Campina Grande conseguirá atender uma parcela significativa da população, que já não tem acesso a direitos sociais básicos, como uma habitação digna ou uma escolarização adequada, tão urgentes quanto o esporte recreativo e o lazer.

Voltando ao discurso do nosso entrevistado, queremos frisar que, apesar de criticar a cobrança de taxas para que a comunidade do Santa Rosa tenha direito a brincar no “Meninão”, o presidente da SAB considera normal e necessário o pagamento de colaborações e contribuições, também simbólicas, para que a comunidade do Santa Rosa tenha acesso às dependências da SAB.

Questionado sobre os pertencimentos do prédio da SAB, ele revela, através do seu depoimento, que a questão da cobrança pelo acesso ao espaço público, em Campina Grande, não é tão fácil de ser explicada quanto parece, alimentando, assim, o debate sobre as relações entre o público e o privado.

*É (da SAB). Mas é um prédio que é público. É da SAB porque foi doado pra esta instituição... Foi feito pra SAB, agora não é particular não, a SAB não tem esse prédio como particular não, é público. Agora é um público que é da SAB, só quem resolve problema aqui são os diretores da SAB (Presidente da SAB Santa Rosa).*

Não queremos com isso criticar a cobrança de taxas por parte da SAB aos seus sócios. Entendemos que a SAB, regida por um estatuto e regimento próprios, constitui-se em pessoa jurídica de direito privado e, dessa forma, pode cobrar contribuições mensais dos seus associados.

Gostaríamos apenas de discutir um ponto que nos parece importante, em se tratando das funções sociais da SAB Santa Rosa. Sendo ela

uma entidade civil, de caráter comunitário e popular, que de acordo com seu estatuto (UCES, 2009), tem como um dos objetivos a defesa dos interesses do povo, especialmente no tocante à luta pela implementação de políticas públicas de combate à pobreza, não pode jamais, deixar de ouvir e defender aqueles que representam, inclusive, os menos favorecidos.

Considerando o conjunto de moradores de um bairro, enquanto um grupo heterogêneo de pessoas que nem sempre possuem as mesmas condições de existência, a SAB Santa Rosa deve pensar em estratégias para que a cobrança de taxas não seja também, assim como no caso do “Meninão”, motivo para que as pessoas se afastem ou sejam excluídas dela, o que deixaria sua representatividade de bairro limitada àqueles moradores que podem arcar com os encargos cobrados.

E nem todos, no Santa Rosa, possuem essa condição. Como o próprio gestor entrevistado nos diz, faz mais de dez anos que ele se depara com pessoas morando em condições precárias, na única praça do bairro, que fica situada às margens da linha do trem, perto da SAB. Fato este, que revela a existência de um bairro segmentado e economicamente desigual, onde os estratos sociais mais vulneráveis da população não têm como arcar com as taxas cobradas pela SAB, mesmo que elas sejam as menores possíveis.

Situação que faz da sustentabilidade financeira, um desafio para os gestores das Sociedades Amigos de Bairro da cidade de Campina Grande, que de uma forma em geral, sobrevivem mais da boa vontade de certos abnegados, do que propriamente de uma estrutura organizacional planejada e autosustentável.

Segundo o presidente da SAB Santa Rosa, ao explicar como lida com a falta de recursos financeiros, *“a pessoa só come quando tem. Quando a gente não tem nada, a gente não gasta. Quando tem e chega alguma coisa, aí a gente vê “vamos fazer isso com esse dinheiro né?”*.

No nosso entendimento, essa realidade impede que as Sociedades Amigos de Bairro de Campina Grande, assim como outros grupos organizados da sociedade civil, dependentes de recursos oriundos da própria população para sua manutenção, possam constituir-se nos canais

institucionais necessários à existência de políticas sociais de cunho participativo.

Outro ponto que nos chama atenção, quando analisamos o discurso do presidente da SAB Santa Rosa, é como a questão da identidade comunitária pode afetar a apropriação dos espaços públicos, por parte da população do bairro.

Ao lamentar que “O Meninão” não pertence ao Santa Rosa, por exemplo, mas sim à cidade inteira, o gestor deixa transparecer um certo sentimento de comunidade, ancorado na diferenciação entre “nós” e “eles”, no qual podemos perceber o desconforto causado pela obrigação de compartilhar com moradores de outros bairros, algo não só “seu”.

Segundo Bauman (2003), um dos autores que discutem a questão da comunidade nas sociedades contemporâneas, ou melhor, a impossibilidade da existência de uma comunidade real nos dias atuais, a unidade de uma comunidade começa a encontrar dificuldades para sua sustentação, quando o fluxo de comunicação entre os “de dentro” e os “de fora” embaralha a distinção entre “nós” e “eles”, impossibilitando a manutenção de fronteiras rígidas que evitem a perda da homogeneidade, ou seja, da *mesmidade* encontrada em uma comunidade ideal.

Este não é o caso do Santa Rosa. Pelo menos do Santa Rosa presente no discurso do gestor, que a partir da distinção do que deveria ser “nosso” e do que também é “dos outros”, revela um certo senso de pertencimento à coletividade do bairro, cuja existência resulta em consequências diretas nas formas de organização da vida lúdica da comunidade.

Tanto em relação à apropriação dos espaços públicos pelos moradores do Santa Rosa, quanto à formulação e efetivação de políticas sociais que favoreçam a comunidade, já que, como discutimos anteriormente, consideramos que os gestores das Sociedades Amigos de Bairro possuem um papel fundamental na organização das localidades que representam, seja mediando a construção de políticas participativas, ou mesmo nas orientações cotidianas que dão à população.

Na nossa visão, a compreensão de comunidade desses gestores é determinante para uma maior ou menor participação da população, não só no tocante às decisões tomadas sobre o bairro, mas até mesmo na vivência do esporte recreativo e do lazer. Pelo menos as vivências e decisões que dependem da estrutura das Sociedades Amigos de Bairro.

Um exemplo disso, é que, segundo o estatuto geral das Sociedades Amigos de Bairro de Campina Grande, para definição de quem pode participar de suas assembleias, cada SAB deve levar em conta os limites territoriais do bairro ou do conjunto que representa.

Apesar dessa determinação, pudemos perceber, através de nossa pesquisa, que alguns gestores entrevistados, em outros bairros de Campina Grande, não consideravam os limites dos mesmos enquanto parâmetro válido para inclusão ou exclusão de associados nas suas atividades, o que afasta, de imediato, o sentido de comunidade da questão territorial, mudando com isso, as possibilidades de participação da população nos processos decisórios do bairro em que vive.

Percebemos então, em relação à noção de comunidade, que muitas vezes a subjetividade dos atores sociais é mais determinante para a definição dos seus limites, do que propriamente o território que ocupa. Segundo Sennett (1999), um lugar se torna comunidade, quando as pessoas que o constituem utilizam o pronome “nós”, partilhando crenças e valores em práticas diárias concretas.

No caso do Santa Rosa, pudemos notar que a população local considera como seus, os espaços e atividades realizadas no “Meninão”, bem como, nos seus arredores. Isso porque, além da proximidade atual e da história que partilharam juntos, os moradores dos bairros do Santa Rosa e do Dinamérica, ainda hoje, são tratados pelo poder público de uma forma confusa, chegando a receber, por exemplo, correspondências entregues a uma mesma pessoa, a partir de endereços distintos.

Ao nosso ver, a discussão da noção de comunidade é fundamental para pensarmos não só em políticas participativas, mas também em possibilidades de mobilização social, já que esta ocorre quando “um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo em comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos” (TORO; WERNECK, 2007, p. 13).

Como falar em comunidade então? Ou mesmo em objetivos em comum e resultados desejados por todos, num bairro que, segundo o IBGE (2002), possui hoje mais de dez mil habitantes? O próprio presidente da SAB, quando se refere a sua comunidade, às vezes, dá indícios de que está se referindo somente aos sócios da SAB Santa Rosa, enquanto em outros momentos, parece estar falando em nome de todos do bairro, o que nos mostra como a noção de comunidade também é escorregadia atualmente.

Ao justificar a necessidade de um agendamento prévio para a utilização dos espaços da SAB, o presidente nos diz que *“antes aqui chegavam aquelas pessoas que não são bem vistas na comunidade, tomavam conta do horário dos outros, das pessoas de bem... mas de qualquer forma, essas pessoas têm vez... se marcá no horário deles, tá marcado”*.

Depoimento este, que nos mostra como dentro de um mesmo bairro, coexistem pessoas de diferentes condições sociais e propósitos junto à comunidade, de forma a se tornarem uma espécie de problema aos demais moradores. Ainda assim, o presidente da SAB Santa Rosa dá sinais que busca representar os moradores do bairro em sua totalidade, mesmo percebendo suas diferenças.

Neste sentido, consegui minimizar os conflitos entre os frequentadores das quadras da SAB<sup>1</sup>, reivindicou melhorias para os excluídos da praça Dr. Francisco Pinto, bem como, traçou estratégias mais suaves de cobrança das mensalidades, de forma a não afastar os moradores do bairro da instituição que representa.

Esses procedimentos negociados junto à população do Santa Rosa, favoreceram sua participação nas decisões sobre a vida coletiva da comunidade, a partir de uma instituição historicamente construída e mantida por seus moradores, como é o caso da SAB do bairro.

E que se continuar funcionando a partir da abnegação de poucos, corre o risco de desaparecer gradativamente, vítima de tempos em que

---

<sup>1</sup> Apesar de fazerem parte do centro comunitário do bairro, as duas quadras de cimento citadas nesse estudo, são administradas atualmente pela SAB local, o que, aliado ao fato das mesmas se situarem ao lado da SAB de Santa Rosa, sem que haja nenhum tipo de separação física, faz com elas sejam reconhecidas por parte da população como equipamentos específicos da SAB.

um individualismo galopante concorre com a constituição de vínculos sociais mais profundos e duradouros.

Dessa forma, a participação democrática e coletiva da população é uma condição necessária não só para a elaboração e efetivação de políticas sociais mais atuantes no Santa Rosa, mas também, para a sobrevivência da sua própria SAB.

A seguir, vamos discutir como se dá efetivamente a participação popular no Santa Rosa, tendo em vista os limites e as possibilidades de constituição de políticas sociais participativas, a partir de uma maior atenção ao seu cotidiano lúdico.

## **O cotidiano lúdico e a participação popular no Santa Rosa**

Discutindo a relação entre os conceitos de espaço e equipamento no campo do lazer, Marcellino, Barbosa e Mariano (2008), apontam para a existência de um certo entendimento, no qual o espaço é visto como o suporte do equipamento de lazer.

Por sua vez, o equipamento é compreendido como o objeto que organiza o espaço, em função da atividade que proporciona. Dessa forma, podemos ter atividades de lazer, sem equipamentos, mas não sem espaços disponíveis. Ainda de acordo com os autores, para democratizarmos o lazer, precisamos democratizar o espaço urbano (MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2008).

Dentro dos limites territoriais do bairro Santa Rosa, percebemos a falta de espaços públicos e equipamentos específicos para o lazer, que não estejam concentrados nas escolas públicas ou mesmo na SAB local, o que limita a experiência lúdica de sua comunidade, já que, como discutido anteriormente, esses locais possuem uma estrutura própria de organização e funcionamento.

No caso da SAB, por exemplo, quem é sócio é que tem preferência na utilização de sua estrutura. O resto da população pode utilizar os seus espaços e equipamentos de lazer, desde que respeitada a prioridade dada aos associados da SAB.

*Agora, os sócios têm preferência né? Se uma pessoa que é sócio precisa da SAB, e uma pessoa que não é sócio precisa também, o sócio tem preferência, porque aqui é mais pelo sócio (Presidente da SAB Santa Rosa).*



**Imagem 04:** Quadra da SAB Santa Rosa: regras específicas de utilização

**Fonte:** Arquivos do GCEM

Embora o bairro possua áreas que poderiam ser utilizadas para a construção de instalações favoráveis à prática do lazer, beneficiando os seus moradores, o que vemos, em linhas gerais, é a subutilização desses espaços.

Segundo Marcellino (1995), o espaço urbano tem sido bastante transformado, em virtude do crescimento das cidades, de modo que sua infraestrutura não atende às necessidades de lazer da população.

Dessa forma, observamos que, muitas vezes, os espaços existentes para o lazer não correspondem aos anseios da sociedade, como podemos notar no Santa Rosa, através do depoimento do presidente da SAB.

*Espaços públicos, de lazer... é só esse daqui (da SAB). Usam outras escolas por aí, alguma coisa pra lazer... os grupos escolares, às vezes, quando a pessoa precisa pra um ensaio... alguma coisa... aí vão nas escolas, mas só no final de semana (Presidente da SAB Santa Rosa).*

O quadro seguinte mostra boa parte dos espaços e equipamentos específicos para a prática do esporte recreativo e do lazer, existentes no Santa Rosa, bem como, suas condições de uso pela população do bairro.

<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Condições de uso</b>
Quadras da SAB Santa Rosa	2	De cimento, sem buracos e com postes de iluminação
Quadra da SAB Santa Rosa	1	De areia, ampla, limpa e nivelada
Parque infantil da SAB Santa Rosa	1	De alvenaria e madeira, feito em área ampla e necessitando de pequenos reparos
Salão de eventos da SAB Santa Rosa	1	De cimento, coberto e sem mobília por perto
Campo de futebol da Escola Municipal Tiradentes	1	De grama, desnivelado e necessitando de capinagem
Espaços livres da Escola Municipal Tiradentes	-	Geralmente de terra, desnivelados e necessitando de capinagem
Salão da Escola Municipal Tiradentes	1	De cimento, coberto e sem mobília por perto
Campos de futebol improvisados	-	Geralmente de terra, com algum lixo e mato por perto
Ruas do bairro	-	De asfalto ou paralelepípedos, com trânsito de moderado a intenso

**Quadro 1** – Espaços e equipamentos para o esporte recreativo e o lazer, existentes no bairro do Santa Rosa

Em se tratando dos espaços e equipamentos da SAB Santa Rosa, podemos perceber que se encontram em um bom estado de conservação, possibilitando sua utilização sem maiores problemas, por parte dos moradores do bairro.

Em relação aos espaços e equipamentos da Escola Municipal Tiradentes, outra instituição pública utilizada pelos moradores do Santa



Rosa, podemos perceber, entretanto, que eles precisam de melhorias, no sentido de não colocarem em risco a integridade de seus usuários, na maioria crianças.

Compreendemos que a escola precisa sofrer uma intervenção do poder público que a administra, em relação à quantidade e qualidade dos espaços e equipamentos destinados ao seu cotidiano lúdico. Até mesmo porque, sabemos que, muitas vezes, a população, especialmente as crianças, não avalia os riscos da utilização de certos locais inapropriados para o uso, o que pode comprometer sua segurança e sua saúde.



**Imagem 05:** Minicampo da Escola Tiradentes: futebol, mato e desníveis

**Fonte:** Arquivos do GCEM

Visitando a Escola Municipal Tiradentes, pudemos perceber como se dá a apropriação dos seus espaços por parte das crianças. Além das árvores que usam para subir e se balançar nos intervalos das aulas, elas brincam de jogos tradicionais, como a peteca, que se juntam às modalidades mais populares do esporte institucionalizado, tais como o futebol e o voleibol.

Apesar de limitados, tanto em relação à quantidade, quanto às condições e possibilidades de uso pelos moradores do bairro, os espaços e equipamentos para o esporte recreativo e o lazer da SAB local e da Escola Municipal Tiradentes atendem boa parte da população do Santa Rosa, reduzindo a carência da comunidade nesse sentido.

Mesmo assim, apontamos a necessidade de maiores investimentos por parte do poder público, na infraestrutura voltada para o esporte recreativo e o lazer do bairro, tanto nos seus aspectos quantitativos, quanto qualitativos, já que como pudemos notar, os espaços utilizados fora da SAB Santa Rosa e da Escola Municipal Tiradentes, são os campos improvisados ou as ruas do bairro.

Precisamos alertar, porém, que o envolvimento da comunidade com o lazer não depende apenas da existência de mais ou melhores espaços e equipamentos construídos pelo poder público. A apropriação desses locais depende também dos interesses e da sensibilização da população para tanto, o que, em última análise, passa pela questão de uma educação para o lazer.

Um exemplo disso pode ser visto no Santa Rosa, pois os seus moradores vivenciam semanalmente as mesmas experiências de lazer, mesmo tendo outras possibilidades mais criativas. Segundo a diretora da Escola Municipal Tiradentes, outra gestora por nós entrevistada, os bares se constituem numa das principais opções de lazer dos jovens e adultos do bairro, principalmente nos finais de semana, após os “rachas” de futebol.

Prática comum não só no Santa Rosa, mas em todos os bairros de Campina Grande, o encontro com amigos, nos bares da cidade, é uma forma de estabelecer vínculos e laços sociais mais profundos com o local e as pessoas ao redor, preocupando-nos apenas, quando reduz a experiência do lazer da população, ao consumo excessivo de álcool, tornando-se, assim, uma questão de saúde pública.

E já que, de acordo com Stucchi (1997), a frequência da população, em determinados equipamentos, depende do local em que se encontram, compreendemos que os espaços e equipamentos públicos do Santa Rosa, construídos para a experiência do esporte recreativo e do lazer, deveriam não só ser ampliados e melhorados pelo poder público,

mas também, melhor distribuídos na comunidade, beneficiando, assim, a população que não tem acesso à SAB e às escolas municipais.

Além disso, é importante atentarmos para a necessidade de intervenções, no bairro, que apresentem à população do Santa Rosa outras possibilidades existentes para o seu lazer, de forma a conscientizá-la sobre a importância do mesmo para o desenvolvimento do local e dos seus moradores.

Neste sentido, concordamos com Rechia (2008), para quem a luta em prol do lazer nada adianta, se os espaços destinados a ele resultam apenas em práticas relacionadas ao “mercolazer”, ou seja, ao consumo desenfreado e alienante de serviços e mercadorias, relacionadas à indústria cultural.

Para a efetivação do direito ao lazer dos moradores do Santa Rosa, precisamos, então, da existência não só de políticas urbanas que, a partir das necessidades, desejos e participação da população, tratem da infraestrutura local. Precisamos também, na perspectiva intersetorial apontada por Chemin (2007), da união de políticas educacionais, culturais e de saúde, só para citar as mais importantes, em torno da problemática lúdica do bairro.

Bairro este rico em manifestações culturais, que são vividas cotidianamente pelos seus moradores, ou encontradas nos diversos eventos dos quais participam ao longo do ano, como podemos perceber no quadro a seguir.

<b>Manifestações culturais e eventos</b>	<b>Formas de vivência</b>	<b>Temporalidade</b>
Futebol	Jogos recreativos dos jovens	Diariamente
	Partidas entre os times dos adultos	Finais de semana
	Campeonato entre os times dos adultos	Uma vez por ano
	Jogos escolares municipais	Uma vez por ano
Trava-línguas; “o que é o que é”; lendas e mitos	Brincadeiras	Período escolar
Dia das mães, dos pais, dos estudantes, da independência e do folclore	Festividades	Uma vez por ano
Mostras culturais	Festividades	Eventualmente
Cabo de guerra; dominó e damas	Jogos escolares municipais	Uma vez por ano
Pipa; peão; baleada; “esconde-esconde”; “toca-toca” e peteca	Brincadeiras	Diariamente
Quadrilhas juninas	Ensaaios	Primeiro semestre do ano
	Apresentações	Período junino
Grupos de dança	Ensaaios	Semanalmente
	Apresentações	Eventualmente
Voleibol; capoeira; forró	Jogos recreativos e vivências lúdicas	Semanalmente
Bingo	Festividade	Eventualmente
Padroeira e “louvorsão”	Festividades religiosas	Eventualmente

**Quadro 2** – Manifestações culturais e eventos existentes no bairro Santa Rosa

Muitas vezes, porém, essas manifestações culturais acabam prejudicadas ou mesmo desaparecendo do bairro, em virtude da falta de apoio do poder público para sua realização. É o caso das quadrilhas do bairro e dos times de futebol, que apesar de possuírem uma trajetória de sucesso nas competições e eventos da cidade, sem incentivo, vêm tendo sua continuidade comprometida.

A atual diretora da Escola Municipal Tiradentes relata que a grande dificuldade na realização de ações por parte da escola, que venham contemplar a diversidade de manifestações culturais existentes, no bairro, é a falta de uma infraestrutura adequada e a inexistência de pessoas que se disponibilizem para a execução de novos projetos.

Compreendemos que a cidade de Campina Grande necessita de políticas públicas definidas para o lazer, sejam elas setoriais ou não, que se traduzam em projetos específicos para os seus bairros, contemplando tanto a questão da infraestrutura, quanto dos recursos humanos necessários a sua implantação.

Em se tratando de projetos sociais de lazer existentes no Santa Rosa, viabilizados pelo poder público, um rápido olhar para o bairro nos diz que a situação ainda está longe da ideal. Apesar da existência de projetos envolvendo o esporte, vinculados ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, a demanda da população por esporte recreativo e lazer, gratuito e de qualidade, ainda é muito maior do que o poder público pode oferecer.

Enquanto a ajuda não vem, uma saída para as instituições do bairro, como a SAB e as escolas públicas, são as parcerias. A Escola Municipal Tiradentes, por exemplo, tem como parceiros, o sistema 4S e o Instituto Alpargatas, que através do projeto “Educação por Meio do Esporte”, viabilizam materiais diversos para a prática esportiva.

Já a SAB Santa Rosa tem ou já teve, como parceiros, a Organização Não-Governamental Direito de ser Cidadão, o Clube de Mães do bairro, a Escola Municipal Tiradentes, a Secretaria de Educação do município, além de associações esportivas e moradores do bairro.

Compreendemos que o direito ao lazer não deve ficar na dependência dessas parcerias, mas sabemos, também, que hoje em dia, elas

são fundamentais para a experiência do esporte recreativo e do lazer no Santa Rosa, já que por meio de incentivos, trocas e ajuda mútua, permitem que as instituições locais continuem a desenvolver suas atividades.

No Santa Rosa, quando em razão das disputas político-partidárias, elas não ocorrem, tudo se torna mais difícil, tanto do ponto de vista da gestão pública, quanto da apropriação do lazer pela população.

Mas para que os projetos cheguem ao bairro e as parcerias aconteçam, precisamos da participação da população. Voltamos então, ao ponto central da nossa discussão, tendo em vista a realidade do Santa Rosa.

Em linhas gerais, o envolvimento da população do Santa Rosa na co-participação das políticas públicas que a interessam, ainda é insuficiente. Principalmente se considerarmos as reivindicações relacionadas ao lazer.

A SAB do bairro, por exemplo, que atualmente possui cerca de 300 associados, o que por si só é um número inexpressivo frente à quantidade de moradores do Santa Rosa, reúne em suas assembleias mensais, quando muito, cerca de 30 a 50 sócios. O que segundo seu presidente, é uma conquista, já que quando assumiu o cargo, não havia nem as reuniões mensais.

Outro ponto problemático, em relação ao envolvimento da população do bairro na deliberação dos seus problemas, é relativo ao Orçamento Participativo da cidade. Segundo o presidente da SAB, apesar de ser um canal pelo qual as reivindicações do bairro já foram atendidas, as reuniões do Orçamento Participativo não contam atualmente com membros da direção da SAB.

Prova que a participação das pessoas é deficitária no bairro, é que, segundo o presidente da SAB, ele só se candidatou ao cargo na primeira vez em que concorreu, para não deixá-lo vago. De acordo com o gestor, muitas pessoas que compõem a diretoria da SAB, hoje em dia, não honram com seus compromissos, participando apenas “de nome”.

É interessante notar que a participação da população, na SAB, aumentou quando as condições melhoraram. Na primeira gestão do atual

presidente, não houve concorrência. Já na eleição seguinte, após algumas melhorias alcançadas, já foram inscritas duas chapas concorrentes, de modo que houve necessidade até de uma campanha eleitoral<sup>2</sup>.

*Sócio tem... na eleição passada, como concorreu duas chapas, aí houve mais... Foi feito bastante sócio, em base 900 sócios, mas foi sócio só pra votar... A gente... foi preciso ir atrás de pessoas pra fazer sócio pra votar. Não é aquele sócio que a gente faz pra participar né? Mas atualmente tem 300 a 300 e poucos sócios... Mas participante mesmo, se der 50 dá muito (Presidente da SAB Santa Rosa).*

Consideramos importante que os sócios não sejam feitos apenas “para votar”, mas que participem efetivamente junto à SAB e ao poder público, na elaboração de políticas públicas de lazer, informando as principais providências que precisam ser tomadas, para que a comunidade, de uma forma em geral, tenha acesso a esse direito básico de todo cidadão.

Para atender às demandas da população, torna-se necessário um diálogo da mesma com os poderes públicos, permitindo a participação popular na formulação das políticas sociais, pois, dessa forma, a comunidade poderá também apontar os caminhos a serem tomados.

Nesse processo de mobilização social pelo lazer, onde a participação da população tem grande relevância, um dos principais problemas a ser evitado é o pessimismo. Segundo Toro e Werneck (2007), uma das maiores barreiras ao processo de mobilização social é o costume com a ruindade, ou seja, o sentimento de que as coisas sempre foram assim e que não podem mudar.

Costume esse, que por pouco não fez o atual gestor da SAB desistir do cargo. Segundo ele, “quando eu entrei aqui muita gente disse “não vai passar três meses” né? E já vi fazer seis anos”. Para o presidente, o pessimismo das pessoas é um dos principais problemas que enfrenta.

---

<sup>2</sup> Na última eleição para presidente da SAB Santa Rosa, após a finalização da nossa pesquisa de campo, soubemos que foram inscritas três chapas. A disputa fez com que houvesse um debate para apresentação das propostas dos concorrentes, o que reforça o nosso argumento do aumento da participação popular, quando as condições existentes começam a melhorar.

*Dificuldades são muitas, mas eu acho que a maior dificuldade é as pessoas não poder ter assim... credibilidade das coisas que tá fazendo ...é muito difícil de organizar as pessoas. O ser humano é muito difícil. Se fosse um bocado de ovelha, era bem mais fácil, só era tanger assim, levava... mas gente! Às vezes você está fazendo uma coisa para aquela pessoa e ela mesmo contra, contra aquilo que tá fazendo, que pode ser bom para ela, então atrapalha o que a gente tá fazendo para ela própria, ... É porque as pessoas só querem pegar o trem andando né, não pega o trem parado (Presidente da SAB Santa Rosa)*

Para que a comunidade do Santa Rosa participe junto com o poder público na formação de políticas sociais efetivas, dentre elas as do lazer, é preciso que rompa com esse pessimismo orgânico e passe a apoiar as instituições que ainda podem servir de canais de participação popular. Só assim conseguirá inovar, de baixo para cima, a gestão pública do lazer em sua cidade.

## **Considerações finais**

Após termos apresentado e discutido alguns aspectos do cotidiano lúdico do Santa Rosa, que não esgotam a reflexão ou têm a pretensão de corresponder à realidade definitiva do bairro, já que sabemos que a dinâmica social dessas comunidades é muito mais complexa do que as considerações que podemos fazer a seu respeito, principalmente se considerarmos sua grande extensão territorial e simbólica, gostaríamos de tecer alguns considerações mais pontuais, sobre as possibilidades de inovação na gestão pública do esporte recreativo e do lazer, tendo em vista a participação popular no bairro do Santa Rosa.

Em primeiro lugar, vamos tentar resumir os principais problemas do bairro, que no nosso entendimento atrapalham a possibilidade de efetivação do direito ao lazer para a população do Santa Rosa. Em seguida, tentaremos pontuar as condições de avanço que o bairro apresenta.



Em relação aos espaços públicos e equipamentos de lazer do Santa Rosa, percebemos sua escassez ou centralização na SAB local e nas escolas públicas, o que de todo modo provoca a necessidade de deslocamento da população, para outros bairros da cidade.

Quanto às manifestações culturais e os eventos que as dão suporte, percebemos a predominância do futebol no bairro, que é vivenciado principalmente nos finais de semana, sendo seguido do consumo de bebidas alcoólicas.

Já quanto à participação da população na vida diária do bairro, pudemos perceber que ela só é grande, no momento de vivenciar as experiências de lazer. Quando chamados a deliberar sobre os problemas do bairro, a população praticamente some.

Os canais institucionais que servem de diálogo com o poder público estão praticamente sucateados, e a política-partidária ainda dá o ar da graça, influenciando negativamente o estabelecimento de parcerias locais, como no caso da relação problemática entre a SAB Santa Rosa e o Clube de Mães local, antes da gestão do atual presidente.

Finalmente, a questão da associação comunitária apenas para “fazer número” nos momentos que antecedem as eleições da SAB, preocupou-nos muito mais do que qualquer aspecto citado anteriormente, já que revela um entendimento viciado da participação popular na política pública, atrelado à visão do cidadão apenas enquanto um mero eleitor, cuja participação democrática nos processos que lhe dizem respeito, resume-se a um único dia em alguns anos.

Em contrapartida, seus espaços e equipamentos de lazer são melhores do que os vistos em muitos bairros de nossa pesquisa, além de contarem com a proximidade do “Meninão”, o que de certa forma atenua a necessidade de grandes deslocamentos. As manifestações culturais são ricas e intensas, como as quadrilhas juninas existentes, não se limitando aos “rachas” de futebol nem muito menos ao consumo de álcool.

A participação da população não é a ideal, mas além de acontecer efetivamente nas vivências coletivas de lazer e nas reuniões de pais e mestres da Escola Municipal Tiradentes, por exemplo, cresce a par-

tir do momento que a organização das instituições representativas do bairro, como a SAB Santa Rosa, aumenta, o que revela um ambiente propício à mobilização social dos seus moradores.

Para finalizar o presente artigo, apontamos um elemento interessante, que se levado em conta pode facilitar e muito a participação da população do Santa Rosa, nos processos que envolvem a elaboração e efetivação de políticas sociais necessárias ao bairro.

Estamos falando da organização da SAB e de outros canais institucionais do bairro, como a Escola Municipal Tiradentes, que próximos geograficamente, podem ser o instrumento que facilite a elaboração e execução de políticas públicas participativas de esporte recreativo e de lazer, usufruídas pelos moradores do bairro Santa Rosa.

Ao observamos suas atuais parcerias e seu histórico de reivindicações atendidas pelo poder público, além da crescente participação da população em sua estrutura, se bem cuidadas, podem ser decisivas para a elaboração e efetivação de políticas participativas no Santa Rosa, de forma que julgamos necessário, primeiramente, um olhar mais cuidadoso do poder público com essas instituições, antes de pensar em despear ações verticalizadas no cotidiano lúdico do bairro.

## Referências

CHEMIN, B. F. *Políticas públicas de lazer: o papel dos municípios na sua implementação*. Curitiba: Juruá, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos 1991/2000. 2002.

MARCELLINO, N. C. *Lazer e humanização*. Campinas: Papyrus, 1995.

\_\_\_\_\_. Subsídios para uma política de lazer: o papel da administração municipal. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Políticas públicas de lazer*. Campinas: Alínea, 2008.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H. Espaços e equipamentos de lazer: apontamentos para uma política pública. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Políticas públicas de lazer*. Campinas: Alínea, 2008.

PINTO, L. M. S. M. Estado e sociedade na construção de inovações nas políticas públicas sociais de lazer no Brasil. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Políticas públicas de lazer*. Campinas: Alínea, 2008.

RECHIA, S. A Política de Lazer na Cidade: *Em Pauta: "A Análise da Gestão dos Espaços em Distintas Realidades e Segmentos Populacionais. Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 20., 2008, São Paulo. Anais...* São Paulo, 2008. CD-ROM.

STUCCHI, S. Espaços e equipamentos de recreação e lazer. In: BRUHNS, H. T. *Introdução aos estudos do lazer*. Campinas: Unicamp, 1997.

TORO, J. B.; WERNECK, N. M. D. *Mobilização Social: Um modo de construir a democracia e a participação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

UNIÃO CAMPINENSE DAS EQUIPES SOCIAIS. *Estatuto*. Campina Grande, 2006. Disponível em: <<http://www.ucescg.com.br/estatutos.html>> Acesso em: 14 abr 2009.